

“Política e Politização”

“Politics and Politicization”

Em tempos de grandes mudanças políticas a nível global, entrevistamos **Celso Frederico**, sociólogo e professor do Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, a fim de compreender a complexa relação entre política e sociedade.

Diana Pozzi, Christiane Wagner e Michel Sitnik - *Qual o significado das manifestações de 2013? Como seria caracterizada a politização de seus agentes? Quais foram as suas razões e o que os influenciou? Tal nível de politização (assim como nas dos anos seguintes, com outras pautas) é um nível realmente sadio para o desenvolvimento da sociedade ou pode, ao contrário, somente gerar um aumento de visibilidade para a política no seu sentido mais raso, abrindo maior espaço para populismos ou visões imediatistas sobre o papel de legisladores e gestores públicos?*

Celso Frederico – Não sei se podemos falar em politização quando nos referimos às manifestações de 2013. No pré-64, a palavra politização era chamada de “conscientização”, decorrência, talvez, das ideias de Paulo Freire. “Tomar consciência” significava, então, conhecer a realidade e agir sobre ela para modificá-la. O instrumento básico para expressar o conhecimento era a argumentação. Em tempos pós-modernos, a argumentação racional sucumbiu diante da imagem ou, como diria Debord, do espetáculo. As manifestações de 2013 se inserem nessa linhagem como atestam o seu caráter de festa popular e a presença das máscaras do filme *V de vingança*: é como se todos tivessem ido às ruas com a certeza de que iriam ser filmados. Houve, assim, uma estetização da política e não uma tomada de consciência. É evidente que a imagem também é uma forma de conhecimento (aliás, é a sua primeira manifestação), mas é uma forma pobre e pouco desenvolvida. Quando alguém disse para o humorista Millôr Fernandes que “uma imagem vale mais do que mil palavras”, ele deu uma resposta brilhante: “diga isso com uma imagem”.

A política como imagem, como espetáculo, dificulta a passagem para o conhecimento

DIANA HELENA DE
BENEDETTO POZZI,
WALDENYR
CALDAS, PRIMAVERA
BORELLI E CHRISTIANE
WAGNER

Universidade de São Paulo.
Pró-Reitoria de Cultura e Ex-
tensão Universitária, São Pau-
lo, Brasil

CELSO FREDERICO

Universidade de São Paulo.
Escola de Comunicações e Ar-
tes, São Paulo, Brasil.

racional. Razão, etimologicamente, quer dizer relação. A incapacidade de relacionar as reivindicações levantadas com a estrutura da sociedade foi a tônica do movimento. Assim, falou-se contra o aumento das passagens do transporte coletivo, mas ninguém se lembrou de defender a estatização das companhias de ônibus. Os Black Blocs procuraram destruir os “símbolos visíveis” do capitalismo: bancos, lojas de grife etc. A destruição da propriedade privada passou a ser o alvo da ação, e não mais a socialização dos meios de produção. Esses exemplos mostram um modo de fazer política que permanece na imediatez, incapaz, portanto, de relacionar a parte com o todo, a reivindicação imediata com os fins estratégicos.

Esse novo formato da ação política é, por sua vez, um reflexo das transformações ocorridas na base material da sociedade. O capitalismo, vivendo a hegemonia do capital financeiro, vem produzindo uma des-socialização geral. A reestruturação produtiva, ao fragmentar o mundo do trabalho, reforça o individualismo e dificulta

a ação coletiva. Um dos resultados desse processo é a crise do sindicalismo e dos partidos políticos, que se manifestou com força em 2013 através da fragmentação das reivindicações. Uns foram às ruas defendendo abstratos valores éticos ou direitos humanos (moradia, transporte, saúde); outros defendendo direitos identitários (luta contra a discriminação de raça, gênero e orientação sexual); outros, finalmente, defendendo o aborto e a legalização da maconha. Com essa pulverização, a luta deixou de ser pelos vinte centavos a mais no preço das passagens e se dissolveu num conjunto desordenado de reivindicações particularistas guiadas pela lógica do espetáculo.

Sem partidos e sindicatos, a mobilização se deu principalmente a partir das redes sociais e, em um segundo momento, pelos meios de comunicação, que, estranhamente, se encarregaram de convocar

os espectadores a participar do movimento. Os indivíduos atomizados foram à rua, onde encontraram outros indivíduos sem vínculos orgânicos. Formou-se, então, para usar uma expressão de Hegel, uma “multidão atomística de indivíduos juntos”. E a multidão, segundo Toni Negri, “é uma multiplicidade de singularidades que não pode encontrar unidade representativa em nenhum sentido”. Com esse cenário, até então desconhecido da nossa vida política, o movimento se desenvolveu expressando a vontade de todos os indivíduos presentes, mas não a vontade geral. Sem partidos e sindicatos, todos queriam ser protagonistas e ninguém mais queria ser “representado”.

Essa ausência de órgãos mediadores ajuda a explicar o esvaziamento das manifestações. O que restou do movimento não foi a sua bandeira inicial, a luta contra o aumento dos transportes, mas a emergência de uma classe média descontente com a política social do Partido dos Trabalhadores, emergência esta incentivada pelos meios de comunicação, o “partido da mídia”. O ato final do movimento de 2013 foi o impeachment de Dilma.

Michel Sitnik - Qual a efetiva participação das periferias nesse tipo de discussão? A classe política, nos momentos eleitorais, normalmente se volta a esse público, mas em alguns casos acaba se afastando a seguir, ou se mantém em contato em ações de cunho mais festivo ou ligados a obras de grande porte (inaugurações). Quem define verdadeiramente as pautas da periferia e como isso acontece?

CF – Quando se fala em periferia, é preciso lembrar sempre o caráter relativamente novo e polissêmico da palavra. Os bairros localizados às margens da cidade só foram chamados de periferia a partir dos estudos de sociologia urbana voltados ao estudo da pobreza e da marginalidade. Em seguida, foram os movimentos culturais

O CAPITALISMO, VIVENDO A HEGEMONIA DO CAPITAL FINANCEIRO, VEM PRODUZINDO UMA DES-SOCIALIZAÇÃO GERAL. A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA, AO FRAGMENTAR O MUNDO DO TRABALHO, REFORÇA O INDIVIDUALISMO E DIFICULTA AÇÃO COLETIVA.

que retomaram a palavra e lhe conferiram um significado positivo: lugar de criação artística independente. Depois, as políticas públicas visando à inclusão social passaram a apoiar as iniciativas culturais como instrumento de pacificação social. Finalmente, a indústria cultural, sempre à cata de novidades, passou a focar a periferia em novelas, filmes e anúncios publicitários.

Mas, a periferia não é uma realidade homogênea. Seja como for, os habitantes da periferia não tiveram uma participação relevante nas jornadas de 2013, protagonizadas em sua esmagadora maioria pelos segmentos da classe média. Mesmo o operariado teve uma expressão acanhada: quando as centrais sindicais conclamaram os trabalhadores a uma manifestação na Avenida Paulista, quem compareceu foi apenas a burocracia sindical.

Talvez a explicação dessa ausência seja um resultado da política desenvolvida pelo lulismo: reajuste salarial acima da inflação em um longo período de pleno emprego.

Waldenyr Caldas e Michel Sitnik - *A figura política do Estado tem enfatizado muito sobre a necessidade de, indistintamente, toda a sociedade participar do seu processo de construção e de manifestações culturais. Com isso, houve investimentos bem intencionados, no sentido de trazer o homem da periferia para as manifestações culturais e, conseqüentemente, para o despertar de uma nova consciência do seu papel de cidadão. Isto é, sem dúvida, algo muito profícuo. No entanto, é preciso nos lembrarmos que esses mesmos cidadãos, talvez com pouquíssimas exceções, são desnutridos, portadores de doenças contagiosas, cheios de carências físicas e não têm o mínimo atendimento necessário para sua saúde. Não bastasse esse quadro desolador, o nível de instrução da periferia, como sabemos, é sofrível, para não falar deficiente. O investimento que o Estado faz para tentar levar essas manifestações culturais até a periferia, não estaria melhor empregado se fosse nas necessidades*

FORMOU-SE, ENTÃO, PARA USAR UMA EXPRESSÃO DE HEGEL, UMA "MULTIDÃO ATOMÍSTICA DE INDIVÍDUOS JUNTOS".

básicas dessa população como, por exemplo, as clássicas e básicas necessidades de educação e saúde? Como você vê essa questão? Nesse contexto, como enxerga o papel que vem sendo desempenhado pela educação formal, nas escolas (tanto públicas como também particulares, inclusive aquelas voltadas para as elites), para a politização dos novos cidadãos? Mudanças seriam necessárias nesse âmbito?

CF – Sem dúvida alguma: cultura não substitui educação. É apenas um investimento mais barato. Basta lembrar que 85% dos jovens são os chamados “nem nem”: nem estão na universidade, nem no mercado de trabalho formal.

Não sei se se pode falar que o Estado está voltado para “o despertar de uma nova consciência” que reforce a cidadania. A intervenção do Estado, assim como a da maioria das ONGs, visa ao apaziguamento social. A cultura é compreendida como uma válvula de escape para manter os jovens longe das drogas e da criminalidade. Mas, é sempre uma ação limitada.

Convém repetir: cultura não substitui a educação formal. Esta, aliás, é um pré-requisito para o bom desempenho das atividades culturais.

Waldenyr Caldas e Diana Pozzi - *Como se sabe, a chamada CLT - Consolidação das Leis do Trabalho foi criada e posta em prática ainda nos anos quarenta; de lá para cá, o que se tem visto em nosso país, é uma constante, sistemática e discretíssima mudança no conjunto dessas leis, sempre com o argumento, até aceitável, de torná-las atualizadas e, nessas condições, manter as garantias do trabalhador, sem necessariamente onerar o patronato. Acontece que essas mudanças, como me parece, não têm levado em conta o conflito histórico entre o binômio força de trabalho/capital. Ao longo de todo esse período o trabalhador, diferentemente do empresário, vem perdendo espaço dentro da própria CLT. Certamente o melhor exemplo disso, é mesmo o fim da Lei da Estabilidade e sua substituição pela Lei do FGTS, implantada durante o período dos militares. Mas, esse*

é apenas um exemplo, há outros. Nesse momento, a chamada "flexibilização das relações de trabalho", é, sobretudo, uma reivindicação do Capital, com o argumento de que é notoriamente impossível investir nas relações de produção tendo que pagar tantos encargos trabalhistas. Nessas condições, e sem contratar, os empresários argumentam que essa é uma das principais causas do desemprego. No entanto, há controvérsias muito bem embasadas, que refutam este argumento. Como você analisa essa questão? A flexibilização corrigiria os problemas existentes ou existiriam outras questões a serem resolvidas? A legislação trabalhista atual seria socialmente adequada, não teria um viés de corporativismo?

CF – Antes de mais nada, é preciso voltar atrás e entender o espírito que orientou a proclamação da CLT e da enxurrada de leis trabalhistas que a precederam. As gritantes semelhanças entre a nossa CLT e a Carta del Lavoro de Mussolini levaram à crença no caráter fascista de nossa legislação trabalhista. Esse equívoco ainda perdura, mas um crítico literário, Alfredo Bosi, no livro *Dialética da colonização*, mostrou que a referência teórica do getulismo era o positivismo francês e não o fascismo italiano.

O liberalismo levou o mundo à crise de 29. Com a revolução de 30, subiu ao poder no Brasil uma geração de militares que se orientavam ideologicamente pelas ideias de Auguste Comte. Toda a formatação do Brasil moderno (sem contar a Proclamação da República) foi concebida a partir do ideário positivista. O que pensavam os positivistas? Eles eram partidários da República, da escola pública gratuita e laica e do papel ativo do Estado como promotor do desenvolvimento.

O positivismo tem uma visão organicista da vida social: a sociedade não é um conjunto de indivíduos egoístas, como pretendem os liberais, mas um

organismo, um corpo, formado por partes solidárias que cumprem funções determinadas e, assim, garante-se o equilíbrio do conjunto. A "cabeça" desse organismo é o Estado, que, portanto, deve agir no sentido de promover a solidariedade social. Depois de 30, essas ideias foram postas em prática. A República precisava ser defendida dos movimentos separatistas; o Estado, para comandar o desenvolvimento, criou as empresas estatais; o ensino passou a ser oferecido pelas escolas públicas; a laicidade do Estado se afirmou, apesar da resistência da Igreja Católica; finalmente, as leis trabalhistas foram aprovadas até serem codificadas nos anos 40 com a CLT. Com isso, o Estado criou uma estrutura sindical urbana: os antigos sindicatos de minorias militantes (anarquistas e comunistas) cederam lugar ao sindicalismo de Estado. O fortalecimento do sindicalismo tinha como objetivo criar relações solidárias entre os trabalhadores. Estes, assim, deixariam de ser átomos, indivíduos

soltos, e passariam à condição de membros de uma corporação. O sindicato, nessa concepção corporativa, tornava-se um órgão de colaboração – um elo entre os indivíduos atomizados e o Estado.

O objetivo governamental, para lembramos os termos usados na época, era a "proteção dos humildes" contra o "egoísmo" dos poderosos. Sem essa proteção, não haveria solidariedade social e o "organismo" estaria condenado a viver uma situação "anômica".

Essa intervenção do Estado nas relações de trabalho provocou a firme oposição dos industriais e dos partidos conservadores. De repente, os agentes estatais passaram a vigiar as condições de trabalho e higiene no interior das fábricas. E sobreveio o que mais reação provocou: a fixação do salário mínimo – uma intervenção "indevida" nas relações de compra e venda da mercadoria força

A REFERÊNCIA TEÓRICA AGORA É O LIBERALISMO, OU MELHOR, O NEO-LIBERALISMO: A IDEOLOGIA DO CAPITALISMO HEGEMONIZADO PELO CAPITAL FINANCEIRO. SAÍMOS ASSIM DE UMA VISÃO ORGANICISTA PARA A GLORIFICAÇÃO DO INDIVÍDUO EGOÍSTA. A "DAMA DE FERRO", MARGARETH THATCHER, RESUMIU ESSA IDEOLOGIA NUMA FRASE MEMORÁVEL: "NÃO HÁ SOCIEDADE, MAS APENAS INDIVÍDUOS".

de trabalho.

A longa estrutura sindical começou a ser desmontada através do governo liderado por um professor aqui da USP: Fernando Henrique Cardoso, que, em sua despedida do Senado, fez um discurso afirmando que o seu governo iria pôr fim à era getulista. Mas só agora, com o governo Temer, pretende-se levar até o fim o desmonte.

A referência teórica agora é o liberalismo, ou melhor, o neoliberalismo: a ideologia do capitalismo hegemônico pelo capital financeiro. Saímos assim de uma visão organicista para a glorificação do indivíduo egoísta. A “dama de ferro”, Margaret Thatcher, resumiu essa ideologia numa frase memorável: “não há sociedade, mas apenas indivíduos”.

O Brasil, nesse registro, não deve mais ser pensado como uma Nação, um organismo autônomo formado por partes solidárias, mas um mercado. Trata-se, agora, de criar um ambiente bom para os negócios, sem a intervenção reguladora do Estado. A idolatria do mercado, contudo, não consegue esconder o que se passa nos bastidores: a “flexibilização das relações de trabalho” é uma clara manifestação da luta de classes. A esquerda se acostumou a entender a luta de classes de modo unilateral, como se ela fosse travada apenas pela classe trabalhadora. Agora, o grande capital está na ofensiva e trava uma luta de classe, de cima para baixo, contra os direitos do trabalho.

CELSO FREDERICO professor titular da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP). Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em sociologia da comunicação e sociologia Urbana, atuando principalmente nos seguintes temas: marxismo, política, trabalhadores, cultura e comunicação - e-mail: celsof@usp.br

DIANA HELENA DE BENEDETTO POZZI professora associada da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FM-USP) e editora responsável da Revista de Cultura e Extensão USP – e-mail: revistacultext@usp.br

WALDENYR CALDAS professor titular da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP) e editor associado da Revista de Cultura e Extensão USP

PRIMAVERA BORELLI professora titular da Faculdade de Ciências Farmacêuticas da Universidade de São Paulo (FCF-USP) e editora associada da Revista de Cultura e Extensão USP

CHRISTIANE WAGNER professora de Ciências da Comunicação e Estética do Instituto de Artes da Universidade de Campinas, (IA-UNICAMP) e editora associada da Revista de Cultura e Extensão USP

